

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.119.755 - SP (2017/0142512-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADOR : RENATA LANE E OUTRO(S) - SP289214
AGRAVANTE : DIFASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
ADVOGADOS : ANE ELISA PEREZ - SP138128
CARLOS RENATO LONEL ALVA SANTOS - SP221004
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Departamento de Estradas de Rodagem** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 541):

Apelação cível. Ação de cobrança. Contrato administrativo. Sentença de parcial procedência. Reforma que se impõe. Contrato cuja execução foi interrompida em 14.7.1995. Prestações cuja insuficiência se alega, todas vencidas antes de setembro de 1995. Suspensão do prazo não demonstrada. Fim do lustro prescricional em setembro de 2000. Ajuizamento apenas em abril de 2008. Prescrição declarada. Processo extinto, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Inversão dos ônus da sucumbência. Honorários fixados em R\$3.000,00 (três mil reais). Reexame necessário acolhido. Recurso voluntário provido.

Opostos embargos infringentes, foram rejeitados (fls. 627/644).

Os embargos declaratórios foram igualmente rejeitados (fls. 669/673).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/73. Sustenta, em suma, que os honorários foram fixados em monta irrisória.

Contrarrazões às fls. 743/749.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Sobre a verba honorária, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem fixou a verba honorária em R\$ 3.000,00, considerando as peculiaridades do caso concreto, especialmente "*a relativa simplicidade da causa, o volume de trabalho despendido pela ré*" (fl. 548).

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a majoração dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante.

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A revisão do valor dos honorários advocatícios arbitrado, é, em princípio, vedado nesta instância, à luz da Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Como cediço, é admitida sua revisão por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso.

2. A tese jurídica veiculada nas razões do regimental não é capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado no decisum ora impugnado, que persevera, na íntegra, por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 171.013/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 7/3/2013, DJe 13/3/2013)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator